Horizontes Antropológicos

45 | 2016
Economia e Cultura

Apresentação

Arlei Sander Damo e Ruben George Oliven

Edição electrónica
URL: http://journals.openedition.org/horizontes/1145
ISSN: 1806-9983

Editora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Edição impressa
Data de publição: 29 Fevereiro 2016
Paginação: 9-15
ISSN: 0104-7183

Refêrencia eletrónica
Arlei Sander Damo e Ruben George Oliven, « Apresentação », *Horizontes Antropológicos* [Online], 45 | 2016, posto online no dia 08 março 2016, consultado o 02 maio 2019. URL : http://journals.openedition.org/horizontes/1145

© PPGAS

APRESENTAÇÃO

Arlei Sander Damo*
Ruben George Oliven**
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

A produção das condições materiais de existência e do controle de acesso a esses bens, no interior de uma mesma sociedade e na sua interface com outras sociedades, sempre esteve no radar das monografias clássicas da antropologia – basta lembrarmos de *Argonautas do Pacífico Ocidental* de Malinowski (1978) e *Os Nuer* de Evans-Pritchard (1978), por exemplo. Na medida em que as etnografias foram se especializando, as questões atinentes à economia tenderam à constituição de um domínio exclusivo, em boa medida porque este já havia se consagrado enquanto tal no espectro das sociedades dos antropólogos, em que pesem severas advertências em direção contrária, como no caso do *Ensaio sobre o dom* de Mauss (1974).

Por volta da década de 1940, teve início uma disputa acerca do estatuto teórico da economia no espectro da antropologia, marcando uma cisão entre duas trincheiras de autores que ficaram conhecidos como *formalistas* e *substantivistas*. Os primeiros apregoavam uma definição universalista de economia, de clara influência das ciências econômicas, cujo objetivo central seria investigar as estratégias de mobilização e gestão dos recursos materiais (supostamente limitados) para a satisfação de necessidades (supostamente ilimitadas). Partindo de uma definição *a priori* de economia, seria possível estabelecer comparações e até hierarquias entre diferentes modelos econômicos – e, portanto, de sociedades – conforme a *performance* mais ou menos eficiente de cada uma delas. Já os substantivistas, em contrapartida, desdenhavam qualquer tentativa de isolar o fato econômico de um contexto mais amplo, da

* Contato: arleidamo@uol.com.br.
** Contato: ruben.oliven@gmail.com.

http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832016000100001

sociedade no seu conjunto, sugerindo uma descontinuidade entre esses modelos. Para os substantivistas a organização econômica é em boa medida determinada por questões de ordem não econômica – parentesco, religião, política, rituais, etc. – de modo que o essencial do interesse antropológico seria observar como ocorrem essas articulações.

Embora o debate entre formalistas e substantivistas tenha perdido boa parte do seu vigor, certas questões de fundo são atualizadas em outros debates, como no caso da distinção entre Mercado e mercados. Mercado, no singular e grafado com a primeira letra maiúscula, designaria uma forma de governo ou de gestão específica das trocas, hegemônica no Ocidente e, particularmente, produzida e aperfeiçoada no espectro das ciências econômicas. Essa entidade, que alguns denominam de "sistema-mundo", tende a ser vista com desconfiança, pois a ela seriam imputadas severas restrições e abominações. A outra acepção de mercado – grafada no plural e com minúsculas – seria uma espécie de "cultura com aspas", designando, fundamentalmente, o lugar das transações, sejam elas de caráter monetário ou não. Ao contrário do Mercado, os mercados já não causam tanto pânico, pois como diria Karl Polanyi (1980) e tantos outros, nem todos os mercados seguem a lógica do Mercado. No fim das contas, é preciso reconhecer que ambas as entidades existem ou, para usar um conceito mais contemporâneo, são capazes de nos agenciar e, portanto, devem figurar como objeto de investigação antropológica.

A ideia de dedicar um número de *Horizontes Antropológicos* à economia veio acompanhada do propósito de manter a chamada tão aberta e plural quanto possível, o que dificilmente teríamos conseguido se tivéssemos proposto algo como Antropologia da Economia, por exemplo. Optamos, então, por associar economia à cultura, sem especificar se com ou sem aspas, o que equivale a dizer que estávamos dispostos a aceitar contribuições tanto num quanto noutro registro. O mais importante, certamente, é que a noção de cultura, em que pesem todas as críticas de que ela tem sido objeto, ainda se presta para demarcar um campo de debates. Pela quantidade de artigos originalmente submetidos e pela qualidade dos mesmos, estamos certos de que a combinação entre economia e cultura cumpriu os seus designíos, possibilitando a reunião de pouco mais de uma dezena de artigos, de procedência brasileira e internacional, sob as mais diversas questões.

Os doze artigos que compõem este número abordam temas muito diversificados da relação entre economia e cultura. Eles estão, entretanto,

relacionados, já que questões envolvendo dinheiro, consumo, moralidade, modernidade, entre outras, perpassam todos os textos.

No artigo "Dinheiro e música popular: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos", Ruben George Oliven traça uma comparação entre o imaginário das duas nações a partir do modo como o dinheiro é tematizado por compositores de samba e de *blues* na primeira metade do século XX. Fica claro que, em que pesem as diferenças, tanto num cenário como noutro, é possível perceber como esses músicos – quase sempre homens afrodescendentes dramatizando os dilemas de prover a mulher e a família – têm uma posição ambivalente em relação ao dinheiro. Por um lado, desdenham-no; por outro, sobrevalorizam-no. Acontece que o dinheiro (ou a falta dele) surge claramente como um mediador das aventuras e desventuras amorosas num contexto de modernização e urbanização das respectivas sociedades.

O dinheiro aparece como tema central em dois outros artigos, ambos com forte inclinação etnográfica e retratando cenários da Grande Buenos Aires. Em "Money, morality, and politics in the slums of Buenos Aires", Ariel Wilkis etnografa o que, à primeira vista, poderia ser retratado como um cenário de relações tipicamente clientelistas, entre políticos peronistas e líderes comunitários locais. Usando a bibliografia atualizada pela assim chamada "nova sociologia econômica", Wilkis constrói outra modalidade de argumento, destacando a dimensão moral do dinheiro implicado, dado que através dele são constituídos e amalgamados laços de lealdade.

Martín Hornes, em seu artigo "Entre condiciones expertas y negociaciones prácticas: la generización del dinero proveniente de las transferencias monetarias condicionadas", faz um aporte etnográfico significativo para a discussão acerca do "dinheiro marcado". Como já vem sendo apontoado por etnografias realizadas em outros espaços, inclusive no Brasil, o dinheiro proveniente de "transferencias monetarias condicionadas" (TMC) – como é o caso do nosso Bolsa Família – tende a ser um dinheiro envolto numa densa nuvem de pressuposições morais, daí porque é um "dinheiro marcado". No caso da etnografia de Hornes, o dinheiro oriundo de TMC é associado às mulheres e às crianças e, portanto, mantido a certa distância do acesso dos homens, mesmo no caso em que eles são provedores assíduos do núcleo doméstico.

No artigo "Trabalho, subsistência e dinheiro: modos criativos na economia mbya (guarani) contemporânea", Elizabeth Pissolato recupera criticamente uma afirmação de Egon Schaden segundo a qual as práticas econômicas

modernas e o dinheiro em particular seriam responsáveis pela "desintegração" dos modos de vida dos coletivos ameríndios. Tendo realizado trabalho de campo entre os Mbya (Guarani), Pissolato argumenta que o dinheiro – parte dele amealhado a partir de programas governamentais de transferência de renda ou do comércio de artesanato nas cidades – pode ser significado de muitas maneiras, tanto como reforço dos laços de reciprocidade quanto para garantir a autonomia dos grupos domésticos. O que fica bem evidente é que os Mbya não parecem demonstrar inclinação para projetos de acumulação. A preferência, de longe, recai sobre o consumo (no sentido de gasto, de desperdício), e só aqueles que são sovinas ou ciumentos é que se põem a acumular ao invés de dividir os ganhos com os parentes e amigos.

Os usos dos bens e do dinheiro também são o centro do debate do texto de Kelly Silva, "Administrando pessoas, recursos e rituais. Pedagogia econômica como tática de governo em Timor-Leste". A autora analisa uma estratégia *sui generis* das agências de governo de Timor-Leste, que consiste na tentativa de persuadir a população a empenhar menos recursos materiais no circuito da dádiva – rituais e constituição de alianças – para destiná-los às trocas comerciais. Trata-se de um programa inusitado, uma verdadeira pedagogia de entrada na modernidade, como a autora faz questão de ressaltar, pois consiste em suscitar o interesse da população local para uma economia de Mercado, ao invés de restringir o essencial da sua produção para os mercados locais que são, em boa medida, mercados de bens simbólicos, onde o que realmente conta é o prestígio, a honra e outras categorias do gênero.

"O mercado como um contexto: delimitando o problema concorrencial de uma aquisição empresarial", de Gustavo Onto, explora os contornos do mercado a partir de um outro registro: a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia federal brasileira, vinculada ao Ministério da Justiça, que tem como missão zelar pela livre concorrência no mercado, no caso da aquisição da companhia aérea Webjet pela Gol. O autor mostra como emerge desse contexto a noção de "mercado relevante", uma definição usada pela agência antitruste para preservar um espaço de concorrência que seria ameaçado quando da fusão e ou aquisição de certas empresas. Onto mostra como a noção de "mercado relevante" *performa* um determinado mercado, de fora para dentro, pois impõe limites à ação empresarial. A partir daí o autor extrapola suas conclusões para mostrar como esse tipo de delimitação, de parte de uma agência estatal, implica reparos na teoria dos mercados como *redes sociotécnicas*.

Moisés Kopper, em "'Minha Casa, Minha Vida': *experts*, sentidos de classe e a invenção do 'mercado' da casa própria no Brasil contemporâneo", examina a *performação* do mercado de casa própria para a "base da pirâmide" no Brasil, a partir de etnografia conduzida entre arquitetos, economistas e planejadores. Um dos aspectos mais instigantes deste artigo diz respeito à maneira como as políticas públicas (no caso o Minha Casa, Minha Vida, responsável pela construção de mais de 2 milhões de unidades entre 2009 e 2014) se articulam com os dispositivos de mercado (no caso da construção civil). Um dos propósitos do texto é mostrar como a própria *performação* desse mercado é um processo dinâmico e aberto, em que tanto o poder público quanto as empresas privadas parecem desafiadas a inventar um novo produto, que é ao mesmo tempo elementar e constitutivo do sonho de um certo grupo de consumidores.

A expansão do consumo no Brasil na primeira década deste século, que ensejou um debate sobre a emergência de uma "nova classe média", é objeto de um artigo de Everardo Rocha, Marina Frid e William Corbo. Em "Modas de mulher, modos de comércio: camadas médias, cultura e economia na história do consumo moderno" os autores traçam uma perspectiva de longa duração para o advento do consumo como um fato social característico da modernidade e atravessado pela questão de gênero. O texto perpassa o contexto de emergência dos grandes magazines nas cidades europeias em meados do século XIX, dos *shoppings* nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial e, na última parte, analisa o frenesi das classes médias brasileiras com a inauguração de uma rede de lojas de grife.

Em "Decadencia y apogeo del espacio. Dimensiones culturales del cambio socioeconómico en un caso de renovación urbana en Colombia", Gregorio Hernández Pulgarín trata de um caso paradigmático de apogeu e decadência de uma área central da cidade de Pereira. Esse espaço, de intenso fluxo de pessoas e de comércio, acompanhou o crescimento da cidade e da economia cafeeira, tornando-se uma referência também do ponto de vista arquitetônico, entre as décadas de 1950 e 1980. A partir de entrevistas e de pesquisa etnográfica, Pulgarín reconstitui a memória desse espaço que foi remodelado na última década, dando lugar a um centro de compras cujo projeto contrasta com a arquitetura de outrora. O autor explora as tensões decorrentes dessa mudança e como são entrelaçadas questões de ordem econômica, cultural e sentimental na memória e nas expectativas dos cidadãos.

O texto de Guilhermo Aderaldo e Otávio Raposo, "Deslocando fronteiras: notas sobre intervenções estéticas, economia cultural e mobilidade juvenil em áreas periféricas de São Paulo e Lisboa", não trata exatamente da cidade, embora ambientado nela. Trata-se de um artigo que etnografa dois grupos de jovens artistas – *rappers*, produtores culturais – que atuam nas periferias de Lisboa e São Paulo. Em que pese a distância, os grupos têm muitos aspectos em comum, destacando-se a luta pelo reconhecimento – um reconhecimento que não se confunde propriamente com o sucesso, pois transcende a dimensão individual. Por conta disso, a noção de economia é aqui alargada, não mais no sentido de economia monetária, mas de uma economia de natureza simbólica, na qual o reconhecimento é o horizonte desejado.

Clovis Carvalho Britto é autor de outro artigo no qual o foco está voltado para a economia simbólica. Em "A economia simbólica dos acervos literários: itinerários de produção da crença em Cora Coralina" o autor recompõe parte do processo de consagração da escritora goiana, mostrando como certos eventos foram capitais nessa consagração. Mais do que isso, o artigo revela a complexidade de um processo que implica sucessivos arranjos da produção original com vistas não apenas à constituição de um acervo público, mas à museologização, com desdobramentos culturais e econômicos, uma vez que a Casa de Cora Coralina passou a integrar a paisagem de visitação dos turistas, adquirindo um caráter híbrido entre acervo literário, obra de arte e espaço de comercialização de produtos vinculados à escritora.

Adalton Marques, em "Do ponto de vista do 'crime': notas de um trabalho de campo com 'ladrões'", problematiza um aspecto inusitado da economia moral, por estar diretamente implicado na negociação da interlocução etnográfica. Durante a realização de trabalho de campo com "ladrões", na definição do próprio autor, ele se depara com reiteradas perguntas de seus interlocutores acerca do que é crime afinal, uma vez que, desde o ponto de vista desses "ladrões", há um atravessamento de uma série complexa e seguidamente nebulosa de ações e de interesses, onde não é possível traçar uma linha precisa entre o certo e o errado, porque não se pode nem mesmo separar radicalmente o que seria a polícia e o ladrão ou os interesses dos grupos corporativos dentro e fora do sistema prisional. Esgueirando-se pelos meandros de uma "antropologia reversa", Adalton Marques tenta avançar, a partir da etnografia, nessa densa e nebulosa atmosfera de classificações e pontos de vista, zonas tensas e litigiosas em relação às quais o poder de ordenamento da própria antropologia é colocado à prova.

Na seção *Espaço Aberto*, o leitor de *Horizontes Antropológicos* é contemplado em dose dupla. São duas entrevistas de dois expoentes da antropologia econômica: Keith Hart e Bill Maurer. O primeiro foi o criador do termo "setor informal da economia" e atualmente é *centennial professor* na London School of Economics and Political Science. O segundo é professor de Antropologia e diretor do Instituto para Inclusão Financeira, Dinheiro e Tecnologia na Universidade da Califórnia em Irvine. Ambos são instigados a falar sobre suas trajetórias, discutir suas contribuições e, como não poderia deixar de ser, falar sobre temas e projetos contemporâneos. Em ambos os casos, nota-se a vitalidade desse campo, e a importância das questões suscitadas em torno do dinheiro, do consumo, dos mercados, da reciprocidade e da interface desses com outros temas em foco na antropologia contemporânea.

A ilustração da capa deste número de *Horizontes Antropológicos* apresenta o quadro *O contador e sua mulher*, pintado em 1539 pelo artista holandês Marinus van Reymerswaele.

Referências

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril, 1978.

MAUSS, M. Ensaio sobre o dom. Formas e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. v. 2, p. 37-184.

POLANYI, K. *A grande transformação*: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.